



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIDA,  
REALIZADA NO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2021  
ATA Nº 25**

----- Aos dezasseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, nesta Vila de Almeida, no Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu o órgão executivo da Câmara Municipal de Almeida, estando presentes o Excelentíssimo Senhor Presidente António José Monteiro Machado e Senhores Vereadores Alexandre Manuel Fernandes Gonçalves, Alcino Miguel dos Santos Morgado, Catarina Manuel Batista Vilhena de Carvalho e Maria da Nazaré Carrapatoso Paiva Ribeiro. -----

----- Quando eram 09:30 horas o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, passando a Câmara a deliberar sobre o seguinte: -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Torneio Ibérico;** -----

----- Pela Senhora Vereadora Catarina Vilhena e relativamente ao Torneio Ibérico referiu que, é uma boa iniciativa, mas mais uma vez se está a pecar na falta de publicidade, tendo em conta que, os outros Municípios já o fizeram e uma vez que, se está perto da realização do mesmo era muito importante a referida publicidade pelo facto de muitos dos comerciantes e de quem estiver interessado estar aberto para nestes dias poder receber quem nos visitar. -----

----- Mais sugeriu que, era também muito importante divulgar junto das famílias dos atletas o Concelho, porque o que tem verificado sempre que há atividade no Pavilhão, as pessoas desconhecem as potencialidades do Concelho que visitam, inclusivamente Almeida, tanto para quem vem assistir ao evento, como para quem vem assistir por ver e usufruir do Concelho. Por tudo isso apela a que seja feita uma boa publicidade ao evento. -----

----- A chamada de atenção foi registada, tendo o Senhor Vice-Presidente Alcino Morgado admitido que, existe essa falha porque à semelhança dos Concelhos vizinhos a publicidade deveria já ter sido feita, mas o que é um facto é que a Câmara de Almeida teve uma reunião com a Junta de Freguesia a semana passada, com vista à elaboração de um cartaz único que, também possa ser utilizado no Pavilhão. A divulgação irá ser conjunta com a partilha e distribuição de cartazes para que as pessoas tenham conhecimento. -----

----- Em relação às famílias referiu que, o que foi dito pela Senhora Vereadora é importante até porque também irá vir a Seleção Nacional com estágio a partir da próxima segunda-feira, estando-se já a preparar com os Técnicos da Câmara visitas guiadas para a referida Seleção e acompanhantes, a todos os locais de interesse do Concelho, para além de lhes ser facultado todos os equipamentos. -----

----- A Senhora Vereadora referiu ainda que, para além das famílias e de quem cá ficar, vêm sempre outras pessoas a assistir, daí a importância da divulgação, não só em parceria com a Junta de Freguesia de Almeida, mas também com todo o Concelho. -----

----- **Transportes Escolares;** -----

----- A Senhora Vereadora Catarina Vilhena perguntou também sobre o que, se passou com as carrinhas que transportam as crianças para a Escola, que tiveram de entrar pelas traseiras, supostamente porque a GNR estaria em ação de fiscalização, perguntando também se as mesmas estão legais para o efeito. -----

----- O Senhor Vice-Presidente, informou que, teve conhecimento de uma operação da GNR, desconhecendo a razão da entrada pelas traseiras, mas que iria procurar saber. -----

----- **Obras Municipais:** -----

----- O Senhor Vereador Alexandre Gonçalves fez também uma observação em relação à obra de Castelo Mendo, fazendo a sua apreciação pessoal e que não tem a ver com a sua apreciação enquanto Vereador. -----

----- Referiu que, foi avaliar com o seu olhar a obra, achando que há sempre a opinião do gosto e o gosto é sempre uma questão muito diversa e muito particular e ele nem sequer considera que seja uma obra que seja ofensiva ou que, esteja mal executada, achando que, a obra até tem critério e em alguns aspetos até pode ser um bom exemplo. -----

----- De qualquer das formas e em termos daquele discurso que tem que passar e disse-o para o bem de todos, porque também são interpelados por muita gente todos os dias e depois do que lhes foi dirigido em termos de questão de responsabilidade da obra obteve-se a resposta que consta em ata, havendo depois um conjunto sucessivo de contra informações às quais não foram alheios e que, também lhe voltaram a dirigir uma série de questões cuja recolha foi feita.

----- Há uma resposta das Aldeias Históricas a um munícipe que contraria precisamente o que foi comunicado na reunião, tendo a Rádio Fronteira que testemunha um contato que fez com a Câmara, tendo ele depois endossado um e-mail à Dr<sup>a</sup> Dalila Dias, em que ela não acrescenta mais nada, ficando eles num limbo, sem perceber – Primeiro e na verdade desconhece o projeto e a respetiva execução e gostaria de a poder proteger, nomeadamente quando as pessoas lhe fazem perguntas independentemente da sua posição pessoal e proteger também o Executivo se tivessem conhecimento do que se passou. -----

----- Mais referiu que, acha estranho, a comunicação uma vez que o Senhor Presidente diz que as Aldeias Históricas conhecem o projeto e por sua vez as Aldeias Históricas dizem que nunca o viram, embora o tenham solicitado várias vezes e a Câmara diz que foi aprovado pelas Aldeias Históricas e foi esta a chamada de atenção que o Senhor Vereador Alexandre quis transmitir e sobretudo para que a situação fosse clarificada. -----

----- O Senhor Presidente referiu que, não irá trabalhar com comunicações feitas no faceboock, porque há informação muito diversa e as opiniões não são só gosto, mas também muitas vezes a forma de utilizar e verbalizar. O faceboock tem as suas vantagens, mas também as suas desvantagens e é um caminho pelo qual não vai entrar nem pretende que uma Instituição se dedique a trabalhar dentro das redes sociais. Pode fazer comunicação, pode fazer várias coisas, mas ir buscar opiniões diversas e de várias pessoas não irá certamente. -----

----- Sobre o que foi transmitido e sobre o que foi falado das Aldeias reitera o que disse, apenas com uma correção que, as Aldeias Históricas fizeram as “guidelines” para definir qual era a atuação dentro de cada um dos projetos da rede das Aldeias Históricas, definindo quais são as intervenções e quais os objetivos que se pretendem com essas mesmas intervenções. Esclareceu que, o projeto tem sempre a parte técnica de cada um dos projetistas. Em Almeida foram feitas três intervenções, nomeadamente na entrada do Museu Histórico-Militar, entrada na Misericórdia e entrada no Posto de Turismo, cujo objetivo é para o turismo acessível e dar resposta a pessoas com mobilidade condicionada e também com dificuldades visuais. -----

----- Mais esclareceu que, as outras opiniões que são transmitidas por algumas pessoas de gosto como foi referido, também as respeita, não respeitando a forma como são emitidas e a divulgação nem na forma nem nos objetivos. -----

----- Acrescentou que, também falou com as Aldeias Históricas no sentido de perceber e com os Serviços da Câmara para perceber, se tinha ou não havido troca de projetos e na sua opinião as Aldeias Históricas deveriam ter tido conhecimento do projeto, coisa que nunca lhe passou pela cabeça, pese embora não seja uma entidade de consulta obrigatória, mas sim uma entidade parceira, tanto que, está marcada uma reunião não só para tratar desse assunto e tomar decisões que houver a tomar acerca deste, respeitando a obra as questões gerais que estão nas “guidelines” definidas pelas Aldeias Históricas e também aquelas que estão definidas no tratamento para esse efeito. -----

----- O Senhor Vereador Alexandre Gonçalves disse que, a observação é pertinente, achando que a contrariedade maior tem a ver com a falta de comunicação importante que se percebe que não existiu, não tendo problemas nenhuns em deixar o único fatural documento é a exposição que fez por e-mail e que pode deixar. -----

----- O Senhor Presidente disse que, pensa que a explicação é suficiente para se deixar o assunto, admitindo que haja algumas questões que possam ser limadas para melhorar, mas o mais importante é deixar os técnicos trabalhar, porque ele também é técnico, mas também é Presidente da Câmara. -----

----- Por último o Senhor Vereador Alexandre Gonçalves perguntou se o acesso constante do projeto termina naquela passadeira ou se se prolonga até ao topo da Aldeia. -----

----- O Senhor Presidente explicou que, tentou que o projeto fosse até ao Castelinho, mas por dificuldades de tratamento e cumprimento da legislação nesta fase ainda não é contemplada o que quer dizer que, a intensão é essa, mas se nos localizarmos em Castelo Mendo quando se está na Praça do Pelourinho a inclinação das ruas deixa de cumprir a legislação, tentando-se para já levar a intervenção até à zona do Posto de Turismo, sendo a ideia de ir por detrás para se chegar à Igreja de Santa Maria em que, não é possível fazer a acessibilidade a não ser no exterior e mesmo ao Castelinho é possível, mas também com acessibilidade exterior, cujo tratamento pode ser idêntico com alguma introdução de outros elementos, mas ainda não existe projeto. -----

----- **ORDEM DO DIA:** -----

----- **SUBSÍDIOS:** -----

----- **Aos Encarregados de Educação dos Alunos Vigilantes - Transportes Escolares;** --

----- **Ao Agrupamento de Escolas de Almeida - Recriação Histórica do Cerco de Almeida - Pagamento de Refeições;** -----

----- **À Junta de Freguesia de Nave de Haver - Projeto de Requalificação das Antigas Escolas Primárias;** -----

----- **IRS:** -----

----- **Participação Variável no IRS Ano de Ano 2021;** -----

----- **IMI:** -----

----- **Imposto Municipal Sobre Imóveis Ano 2022;** -----

----- **TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM:** -----

----- **Lei das Comunicações Eletrónicas (LCE);** -----

----- **PROPOSTA:** -----

----- **Implementação do Suplemento de Penosidade e Insalubridade:** -----

----- **Composição do Conselho Municipal de Educação;** -----

----- **FORNECIMENTO DE ÁGUA:** -----

----- **Pedido de pagamento de Água em Prestações e pelo 1º Escalão;** -----

----- **REGULAMENTOS:** -----

----- **Alteração ao Regulamento Orgânico dos Serviços do Município de Almeida;** -----

----- **PROTOSCOLOS:** -----

----- **Protocolo de Cooperação - Educação Pré-Escolar;** -----

----- **Protocolo de Cooperação - Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico;** -----

----- **Protocolo de Cooperação - Componente de Apoio à Família;** -----

----- **ORÇAMENTO:** -----

----- **3ª. Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2021;** -----

----- **Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022;** -----

----- **Mapa de Pessoal;** -----

----- **CONDECORAÇÕES HONORÍFICAS:** -----

----- **ASSUNTOS NÃO AGENDADOS NA ORDEM DO DIA:** -----

----- Nos termos do número 2 do artigo 50º do anexo I à Lei 75/2013, der 12 de setembro, o Senhor Presidente por motivos de urgência reconhecida propôs a inclusão na ordem de trabalhos os seguintes assuntos: -----

----- **MINUTAS DE CONTRATOS DE COMODATO:** -----

----- **Associação Cultural e Desportiva Estrela de Almeida;** -----

----- **Sporting Clube de Vilar Formoso;** -----

----- A Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente, pelo que a ordem de trabalhos passou a ser a seguinte: -----

----- **SUBSÍDIOS:** -----

----- **Aos Encarregados de Educação dos Alunos Vigilantes - Transportes Escolares;** --

----- **Ao Agrupamento de Escolas de Almeida - Recriação Histórica do Cerco de Almeida - Pagamento de Refeições;** -----

----- **À Junta de Freguesia de Nave de Haver - Projeto de Requalificação das Antigas Escolas Primárias;** -----

----- **IRS:** -----

----- **Participação Variável no IRS Ano de Ano 2021;** -----

----- **IMI:** -----

----- **Imposto Municipal Sobre Imóveis Ano 2022;** -----

----- **TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM:** -----

----- **Lei das Comunicações Eletrónicas (LCE);** -----

----- **PROPOSTA:** -----

----- **Implementação do Suplemento de Penosidade e Insalubridade;** -----

----- **Composição do Conselho Municipal de Educação;** -----

----- **FORNECIMENTO DE ÁGUA:** -----

----- **Pedido de pagamento de Água em Prestações e pelo 1º Escalão;** -----

----- **REGULAMENTOS:** -----

----- **Alteração ao Regulamento Orgânico dos Serviços do Município de Almeida;** -----

----- **PROTOCOLOS:** -----

----- **Protocolo de Cooperação - Educação Pré-Escolar;** -----

----- **Protocolo de Cooperação - Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico;** -----

----- **Protocolo de Cooperação - Componente de Apoio à Família;** -----

----- **ORÇAMENTO:** -----

----- **3ª. Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2021;** -----

----- **Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022;** -----

----- **Mapa de Pessoal;** -----

----- **CONDECORAÇÕES HONORÍFICAS:** -----

----- **MINUTAS DE CONTRATOS DE COMODATO:** -----

----- **Associação Cultural e Desportiva Estrela de Almeida;** -----

----- **Sporting Clube de Vilar Formoso;** -----

----- **SUBSÍDIOS:** -----

----- **Aos Encarregados de Educação dos Alunos Vigilantes - Transportes Escolares;** --

----- Pelo Senhor Presidente foi presente uma informação da Coordenadora Técnica - Olívia Bastos, datada de 10 do corrente mês de novembro, na qual refere que alguns alunos que utilizam o circuito de transportes escolares entre as respetivas residências e a Escola EB 2,3 +S Dr. José Casimiro Matias, em Almeida e vice-versa estão a ser acompanhados pelos alunos com mais idade, durante o presente ano letivo de 2021 / 2022, propondo que seja atribuído aos respetivos Encarregados de Educação o habitual subsídio pela prestação de serviços. -----

----- José Luis Marques Bispo – Circuito Almeida / Escola e vice-versa – Encarregado de Educação – José Joaquim Rico Bispo, contribuinte número 192644254; -----

----- Guilherme Pena Fareleira – Circuito Vermiosa / Escola e vice-versa – Encarregada de Educação – Cláudia Freitas Fareleira – contribuinte número 212580590, desde o início do ano letivo até 15 de outubro do ano em curso, tendo sido substituído por: -----

----- Beatriz Belo Valente – Encarregada de Educação Maria de Fátima Aguiar Belo Valente, contribuinte número 227066529. -----

----- O Senhor Vice-Presidente informou de que, todos os anos a Câmara assume o pagamento aos vigilantes dos alunos que frequentam os transportes escolares de acordo com o

critério antes mencionado e também de acordo com a escola os alunos mais velhos são chamados a fazer uma breve conversa e formação, acabando por assumir esse papel. -----

----- O Senhor Vice-Presidente informou que, existe ainda uma situação pendente que é referente ao circuito que, se inicia na Miuzela, Malhada Sorda, Nave de Haver e Vilar Formoso que por falta de aluno mais velho e a escola também ainda não conseguiu referenciar um que possa desempenhar essa função, mas logo que seja resolvida a situação, será objeto de deliberação. -----

----- A Senhora Vereadora Catarina Vilhena perguntou porque é que só ainda existem vigilantes no circuito de Almeida e Vermiosa: -----

----- O Senhor Vice-Presidente informou que, existe o circuito Miuzela que vem pelo lado contrário, via Alto de Leomil, cuja vigilante é uma funcionária da Escola a quem lhe é pago o passe, ficando a situação salvaguardada. -----

----- Após os esclarecimentos prestados a Câmara, deliberou, por unanimidade, atribuir aos Encarregados de Educação antes referidos, um subsídio mensal de 50,00 € (cinquenta euros), durante o corrente ano letivo. -----

----- **Ao Agrupamento de Escolas de Almeida - Recriação Histórica do Cerco de Almeida - Pagamento de Refeições;** -----

----- Pelo Senhor Presidente foi presente a informação 3995 / 2021, da Assistente Técnica – Paula Ruivo, datada de 01 de setembro do ano em curso, na qual refere que no âmbito da realização da Evocação do Cerco de Almeida 2021, o Agrupamento de Escolas de Almeida forneceu ao GRHMA – Grupo de Recriação Histórica do Município de Almeida 225 refeições, que totalizaram a importância de 1.237,50 € (mil duzentos e trinta e sete euros e cinquenta centimos), conforme ofício número 66\_2021 do Agrupamento de Escolas de Almeida, datado de 31 de agosto. -----

----- Após um breve esclarecimento do Senhor Presidente a Câmara, deliberou, por unanimidade, atribuir ao Agrupamento de Escolas de Almeida, um subsídio de igual montante, ou seja 1.237,50 € (mil duzentos e trinta e sete euros e cinquenta centimos). -----

----- **À Junta de Freguesia de Nave de Haver - Projeto de Requalificação das Antigas Escolas Primárias;** -----

----- Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício número 1/2021, da Junta de Freguesia de Nave de Haver, datado de 25 de maio do ano em curso, solicitando a atribuição de um subsídio, destinado ao pagamento de 50% do custo do projeto de requalificação das Antigas Escolas Primárias, o qual importou num total de 6.100,80 € (seis mil e cem euros e oitenta centimos). –

----- O Senhor Presidente explicou que, vai trazendo para conhecimento alguns projetos que foram sendo feitos com as Juntas de Freguesia, por forma a que também elas participem nesta questão de fazerem projetos que são do interesse das próprias Juntas de Freguesia e que a Câmara também tem interesse em que sejam desenvolvidos e realizados, mediante a comparticipação de 50% do investimento e segundo a metodologia que se estava a aplicar. ---

----- O Senhor Vereador Alexandre Gonçalves referiu que, em relação à percentagem não vêm qualquer inconveniente, mas em relação ao projeto que não conhecem, mesmo não entendendo os objetivos, mas questiona sempre na medida em que este tipo de investimento em que forma faz o seu enquadramento em termos de futuro, ou seja ele é percecionado no âmbito da sua capacitação orçamental na área do turismo, na área da cultura tendo por pressuposto que é a recuperação de uma Escola, no Património é uma obra pública, tendo sempre algum problema em perceber este tipo de investimento sem fazer este enquadramento e depois como não conhece o projeto entender, se quando se fazem estas apostas independentemente de se falar de Juntas, se está a programar um investimento deste género com base em que estudo feito na sua utilização no futuro, para que público, para que médias de utilização (frequência), sendo esta a única preocupação que tem, após o investimento feito qual o retorno no futuro, porque em termos de percentagem nada a opor, mas é sempre necessária esta contextualização do investimento. -----

----- O Senhor Presidente disse que, sobre o projeto é uma desvantagem da parte da Vereação em não ter conhecimento do projeto em si para quando se está a deliberar, no entanto,

fez uma explicação muito breve do que é o projeto, referindo que se trata da recuperação da Escola que se encontra em degradação, com uma zona exterior com uma componente desportiva e de lazer, reutilização do espaço das casas de banho, com a vertente de balneários, ficando também com uma zona, onde numa das salas pode ser constituído um Museu Taurino. -

----- Esclareceu que se prevê fazer uma candidatura através da CCDR Centro, trata-se de uma intervenção simples de conservação com um espaço para poder ser utilizado pela população nas mais diversas situações.-----

----- A exemplo de pedidos análogos e aplicando a mesma metodologia a Câmara, deliberou, por unanimidade, atribuir à Junta de Freguesia de Nave de Haver um subsídio de 2.480,00 correspondente a 50% do valor da despesa total, sem IVA. -----

----- **IRS:** -----

----- **Participação Variável no IRS Ano de 2021;** -----

----- Pelo Senhor Presidente foi presente a informação IRS/2022 da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira datada de 10 de novembro de 2021, na sua redação atual e na qual é referido que, nos termos do número 1 do artigo 26º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, os Municípios têm direito em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano anterior. -----

----- Dispõe o número 2 do artigo 26º do mesmo Diploma que, compete à Assembleia Municipal, deliberar sobre a percentagem de IRS pretendida pelo Município e o número 3 dispõe que, na ausência de comunicação à Autoridade Tributária implica a perda do direito à respetiva participação. -----

----- Em face do exposto propõe aquela Divisão Financeira que, se solicite à Assembleia Municipal que, delibere sobre a fixação da taxa pretendida para o IRS. -----

----- A Câmara sob proposta do Senhor Presidente deliberou, por unanimidade, fixar em 0% a taxa para participação no IRS. -----

----- Mais deliberou a Câmara, por unanimidade, submeter o assunto à votação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- **IMI:** -----

----- **Imposto Municipal Sobre Imóveis Ano 2022;** -----

----- Pelo Senhor Presidente foi presente a informação número IMI/2022 da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, datada de 10 de novembro de 2021, referindo que, nos termos da alínea d) do número 1 do artigo 25º do anexo I à Lei número 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, fixar anualmente a taxa IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis. -----

----- Nos termos do artigo 112º. do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei número 287/2003, de 12 de novembro, na redação atual que, as taxas do IMI são as seguintes: -----

----- a) – Prédios Rústicos – 0,8%; -----

----- b) – Prédios Urbanos – 0,3% a 0,45%. -----

----- O número 1 do artigo 112º-A do mesmo Diploma, aditado pela Lei número 7-A/2016 de 30 de março refere que, os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem fixar uma redução da taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis que, vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela: -----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

- Mais informam que poderá ainda ser deliberado o seguinte: -----
- 1 - Definir áreas territoriais correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias que sejam objeto de operações de reabilitação urbana ou combate à desertificação, e majorar ou minorar até 30% a taxa que vigorar para o ano a que respeita o imposto; -----
  - 2 - Definir as áreas territoriais correspondentes a freguesias e fixar uma redução até 20% da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios urbanos arrendados, que pode ser cumulativa com a acima definida;-----
  - 3 - Majorar até 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens; -----
  - 4 - Majorar até ao dobro a taxa aplicável dos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo, da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20,00 € por cada prédio abrangido. -----

----- Em face do exposto propõe a Divisão Administrativa e Financeira que, se solicite à Assembleia Municipal que, fixe as taxas do IMI a aplicar em 2021 e a liquidar em 2022, bem como as taxas relativas aos agregados familiares com um ou mais filhos. -----

----- A Câmara, deliberou, o seguinte: -----

----- Fixar em 0,8% as taxas de IMI para Prédios Rústicos e fixar em 0,3% as taxas de IMI para Prédios Urbanos, a aplicar no ano de 2021 e a liquidar em 2022. -----

----- Aprovar por unanimidade, a redução fixa das taxas relativas aos agregados familiares com um ou mais filhos conforme o quadro constante da informação, ou seja: - 1 dependente 20,00 €; - 2 dependentes 40,00 €; e 3 ou mais dependentes 70,00 €, bem como aprovar o constante nos pontos 1,3 e 4 da informação. -----

----- Mais deliberou a Câmara, por unanimidade, submeter o assunto à votação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- **TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM:** -----

----- **Lei das Comunicações Eletrónicas (LCE) - Fixação do Percentual a Aplicar no Ano de 2022;**-----

----- Pelo Senhor Presidente foi presente a informação TMDP da Divisão Administrativa e Financeira, datada de 10 de novembro de 2021, na qual é referido que a Lei das Comunicações Eletrónicas (LCE) estabelece que “os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes de serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo dos domínios público e privado municipais podem dar origem a uma taxa de direitos de passagem (TMDP)”.

----- Esta taxa é determinada tendo por base a aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem os serviços atrás referidos, para os clientes finais do respetivo município. -----

----- Tendo em consideração o anteriormente exposto, propõe aquela Divisão Administrativa e Financeira que, se solicite à Assembleia Municipal, que delibere sobre a TMDP a aplicar no ano de 2022, sendo que esta não poderá ultrapassar 0,25%. -----

----- A Câmara, deliberou, por unanimidade, fixar em 0,25% a taxa a aplicar em 2022; ----

----- Mais deliberou, a Câmara, por unanimidade, submeter o assunto à votação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- **PROPOSTA:** -----

----- **Implementação do Suplemento de Penosidade e Insalubridade:** -----

----- Pelo Senhor Presidente foi presente uma proposta de Implementação do Suplemento de Penosidade e Insalubridade no Município de Almeida, subscrita pelo Diretor de Departamento Técnico de Obras Urbanismo e Serviços Urbanos e pelo Dr. Paulo Sarmento do Gabinete Jurídico. -----

----- A referida proposta refere que a Lei de Orçamento de Estado – Lei número 75-B/2020 de 30 de dezembro, no seu artigo 24º prevê a atribuição de um suplemento de penosidade e insalubridade aos trabalhadores integrados na carreira geral de Assistente Operacional, cuja caracterização, implica o exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade no

que respeita às áreas de recolha e tratamento de resíduos e tratamento de efluentes, higiene urbana, do saneamento, dos procedimentos de inumações e exumações, trasladações, abertura e aterro de sepulturas que resulte comprovada sobrecarga funcional que potencie o aumento da probabilidade de ocorrência de lesão ou um risco potencial agravado de degradação do estado de saúde (nº1 do artº 24º da Lei nº 75-B/2020 de 31 de dezembro). -----

----- O valor do suplemento proposto é de 4,99 € (quatro euros e noventa e nove cêntimos) por dia. -----

----- Após audiência prévia dos Sindicatos ao abrigo do número 3 do artigo 24º, da citada Lei, a Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta, com retroativos reportados a janeiro de 2021 e desde que seja possível a identificação dos trabalhadores e serviços prestados.

----- **Composição do Conselho Municipal de Educação;** -----

----- Pelo Senhor Presidente foi presente uma informação da Técnica Superior de Sociologia – Alva Santos, datada de 09 do corrente mês de novembro, na qual refere que o Decreto-Lei número 21/2019, de 30 de janeiro concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e entidades intermunicipais e regula também composição, competências e funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação. -----

----- Nos termos do disposto no artigo 58º do referido Diploma o Conselho Municipal de Educação é nomeado por deliberação da Assembleia Municipal nos termos propostos pela Câmara Municipal. -----

----- Para efeitos do artigo 57º do citado Diploma a Câmara propõe que, o Conselho Municipal de Educação tenha a seguinte composição: -----

----- 1 – a) – O Presidente da Câmara Municipal; -----

----- b) – O Presidente da Assembleia Municipal; -----

----- c) – O Vereador responsável pelo Pelouro da Educação; -----

----- d) – O Presidente de Junta / União de Freguesia eleito pela Assembleia Municipal; ---

----- e) – O Representante do Departamento Governamental responsável pela área da Educação; -----

----- f) – O Representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Centro; -----

----- g) – O Diretor do Agrupamento de Escolas de Almeida; -----

----- 2 – Integram ainda o Conselho Municipal de Educação os seguintes representantes: ---

----- a) – Um representante do Pessoal Docente do Ensino Secundário Público; -----

----- b) – Um representante do Pessoal Docente do Ensino Básico Público; -----

----- c) – Um representante do Pessoal Docente da Educação Pré-escolar Pública; -----

----- d) – Um representante do Conselho Pedagógico; -----

----- e) – Dois representantes das associações de Pais e Encarregados de Educação (em representação da Associação de pais e Encarregados de Educação de Almeida e da Associação de pais e Encarregados de Educação de Vilar Formoso); -----

----- f) – Um representante da Associação de Estudantes; -----

----- g) – Um representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social, que desenvolvam atividade na área da educação; -----

----- h) – Um representante dos Serviços Públicos de Saúde; -----

----- i) – Um representante dos Serviços da Segurança Social; -----

----- j) – Um representante dos Serviços de Emprego e Formação Profissional; -----

----- k) – Um representante das Forças de Segurança; -----

----- l) – Um representante do Conselho Municipal de Juventude. -----

----- A Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em apreço e submeter a mesma à Assembleia Municipal para os efeitos da alínea d) do número 1 da presente informação. -----

----- **FORNECIMENTO DE ÁGUA:** -----

----- **Pedido de pagamento de Água em Prestações e pelo 1º Escalão;** -----

----- Pelo Senhor Presidente foi presente um pedido de Maria José Carvalho Rodrigues Monteiro, residente em Vilar Formoso, solicitando que as faturas de água referentes aos meses

de julho, agosto, setembro e outubro do corrente ano, no montante de 518,67 €, e em nome de José Manuel Carvalho Rodrigues, já falecido, sejam pagas em seis prestações e pelo 1.º escalão. -----

----- Mais informou que, os montantes exagerados das faturas, se deveu a uma rotura interna da conduta, entretanto já reparada. -----

----- Do processo consta a informação LR – 07/2021 da Assistente Técnica – Paula Ferreira, datada de 26 do mês de outubro findo, na qual refere que, de acordo com o artigo 82º do Regulamento de Abastecimento de Água em Baixa ao Concelho, os consumidores são responsáveis por todo o consumo de água em fuga ou perda nas canalizações de distribuição interior, no entanto, deixam à consideração superior, a respetiva decisão. -----

----- A exemplo de casos análogos, a Câmara, deliberou, por unanimidade, autorizar o pagamento da dívida em seis prestações e pelo 1.º Escalão. -----

----- A Senhora Vereadora Catarina Vilhena referiu que, não sendo uma das competências delegadas no Presidente da Câmara e em face da informação da técnica, perguntou se não haverá possibilidade de ser alterado o Regulamento. -----

----- O Senhor Presidente informou de que, a proposta de Alteração ao Regulamento está em curso e para breve. -----

----- **REGULAMENTOS:** -----

----- **Projeto de Alteração ao Regulamento Orgânico dos Serviços do Município de Almeida;** -----

----- Pelo Senhor Presidente foi presente o Projeto de Alteração ao Regulamento Orgânico dos Serviços do Município de Almeida, cuja ação é orientada na criteriosa aplicação dos recursos disponíveis, para assim poder garantir a satisfação plena das necessidades, expectativas e aspirações dos seus munícipes, apostando na formação dos seus colaboradores para assim garantir um melhor serviço público. -----

----- O Senhor Presidente alertou para a correção de algumas anomalias e erros de forma e depois de apreciado o referido Projeto de Alteração ao Regulamento a Câmara, deliberou, por unanimidade, submeter o mesmo a apreciação pública pelo período de trinta dias, nos termos e para efeitos do número 1 do artigo 101º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número 4/2015, de 07 de janeiro. -----

----- **PROTOSCOLOS:** -----

----- **Protocolo de Cooperação - Educação Pré-Escolar;** -----

----- Pelo Senhor Presidente foi presente o Protocolo de Cooperação – Educação Pré-Escolar, a celebrar entre o Município de Almeida e o Agrupamento de Escolas de Almeida, o qual tem por objeto o estabelecimento dos termos e condições em que os outorgantes se comprometem a assegurar o funcionamento da componente não letiva ou social, nos jardins de Infância integrados na Escola Básica e Secundária Dr. José Casimiro Matias e na Escola Básica de Vilar Formoso. -----

----- Após os devidos esclarecimentos prestados pelo Senhor Vice-Presidente Alcino Morgado e analisadas que foram as cláusulas do referido protocolo, a Câmara, deliberou, por unanimidade, aprová-las. -----

----- **Protocolo de Cooperação - Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico;** -----

----- Pelo Senhor Presidente foi presente o Protocolo de Cooperação – Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, a celebrar entre o Município de Almeida e o Agrupamento de Escolas de Almeida o qual tem por objeto o estabelecimento dos termos e condições em que os outorgantes se comprometem a garantir o fornecimento diário de refeições aos alunos que frequentam o 1.º Ciclo do Ensino Básico, na Escola Básica e Secundária Dr. José Casimiro Matias, em Almeida e na Escola Básica de Vilar Formoso, de acordo com a listagem anexa ao referido protocolo a qual pode sofrer alterações no decorrer do ano letivo, em função de eventuais movimentos de entrada ou saída de alunos. -----

----- Após os devidos esclarecimentos prestados pelo Senhor Vice-Presidente Alcino Morgado e analisadas que foram as cláusulas do referido protocolo, a Câmara, deliberou, por unanimidade, aprová-las. -----

----- **Protocolo de Cooperação - Componente de Apoio à Família;** -----

----- Pelo Senhor Presidente foi presente o Protocolo de Cooperação – Componente de Apoio à Família a celebrar entre o Município de Almeida, o Agrupamento de Escolas de Almeida e o Centro Lúdico, Cultural e Social de Vilar Formoso o qual tem como objeto regular os termos de cooperação entre as três entidades, tendo em vista a oferta do serviço da componente de Apoio à Família, nos períodos letivos e nos períodos de interrupção letiva, conforme previsto nos Planos de Implementação que fazem parte do presente protocolo. -----

----- Após os devidos esclarecimentos prestados pelo Senhor Vice-Presidente Alcino Morgado e analisadas que foram as cláusulas do referido protocolo, a Câmara, deliberou, por unanimidade, aprová-las. -----

----- **ORÇAMENTO:** -----

----- **3ª. Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2021;** -----

----- Pelo Senhor Presidente foi presente a 3ª. Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2021, referindo que a mesma ocorreu para correção em termos de execução tanto da receita como da despesa no sentido de se ficar com os critérios que também são aplicáveis, nomeadamente na taxa de execução da receita e cumprimento da mesma, uma vez que foi feita uma previsão que se iria receber mais algum montante, ajustamento de projetos mais atrasados também em termos de correção orçamental e para cumprimento legal. -----

----- O Senhor Presidente colocou a 3ª. Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2021 a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade. -----

----- Mais deliberou, a Câmara, submeter a 3ª Revisão à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

----- **Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022;** -----

----- Pelo Senhor Presidente foi dito que, o presente Orçamento continua na linha estratégica com que se candidataram, apostando nos projetos que, consideram estruturantes para a sustentabilidade do Concelho e melhoria da qualidade de vida das populações, não permitindo ter capacidade para implementar todos eles sem contar com os fundos comunitários, contratos programa e, posteriormente com o saldo de gerência. -----

----- O Protocolo de Cooperação, Projeto Integrado de Intervenção, Reabilitação e Revitalização da Zona da Fronteira de Vilar Formoso, como Projeto Piloto tem que sair das intenções e ser implementado dado a sua urgência. -----

----- A defesa e salvaguarda do Património com a elaboração de Planos de Gestão das Aldeias de Castelo Mendo e Castelo Bom, considerando a mais desejada classificação de Almeida em Património da UNESCO, com diversos projetos propostos para o 2030 e PRR, inseridos no Plano de Gestão já executado, necessitando confirmação das entidades e para realçar um bem que vale a pena perpetuar por um lado e divulgar por outro. -----

----- Este projeto associado ao Plano Estratégico para a Requalificação Urbana, Cultural e Turística de Vilar Formoso, assim como todos os que possam ser inseridos e aprovados na estratégia comum e desenvolvimento transfronteiriço associado à Eurocidade “Porta da Europa”, são ancoras de desenvolvimento e atração de investimento. -----

----- A aprovação do Plano Estratégico da CIMBSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, construindo uma nova visão regional de desenvolvimento sustentável associado às novas tecnologias e o meio rural com projetos transversais, como o projeto Reconnect, levando a internet a todo o território, a expansão e interligação dos regadios e valorização dos recursos hídricos entre os quais o Rio Côa e Florestas e áreas protegidas com a elaboração dos Planos de Paisagem, reflorestação e descarbonização, como outros inseridos no plano associados aos projetos municipais podem constituir um passo para essa diferenciação, urge aprovar o plano para que se possa dotar o orçamento com o financiamento necessário. ---

----- Manter os investimentos já realizados na melhoria da mobilidade e da oferta dos transportes públicos no Concelho com o projeto “Estrela da Paz”, concluir a modernização

administrativa e colocar em funcionamento a incubadora de empresas, espaço coworking e Espaço Empresa. -----

----- Resolução dos problemas com o abastecimento de água e tratamento de saneamento que, terão de ir para o terreno e apostar em políticas de descentralização nas Freguesias, Uniões de Freguesia e Associações de Freguesia. -----

----- Não deixar de realizar os investimentos mais relevantes para o Concelho com os quais se comprometeram. -----

----- Por último referiu que, os documentos em análise afixam sustentabilidade financeira de curto, médio e longo prazo, e de igual modo funcionarão como incitadores da atividade económica reforçando competitividade local com um modelo de inovação territorial, socialmente inclusiva promovendo a capacitação e resiliência do Concelho muito carenciado de energia demográfica e de empreendedorismo. -----

----- Pela Vereadora Catarina Vilhena foi dito que, existem muitas questões que se levantam em relação ao orçamento e utilizar-se para determinadas situações com as quais não está de acordo, pensando que haveria coisas muito mais importantes para inserir a nível do Concelho, sem se estar a distribuir dinheiro com coisas que continuam a ser avulsas, o que não entende. –

----- O Senhor Presidente pediu à Senhora Vereadora para ser mais concreta, para se perceber quais são as coisas avulsas. -----

----- A Senhora Vereadora esclareceu que, por exemplo não se dotam os recursos hídricos do Côa, mas sim praias fluviais, retirada de dotação da reorganização da Feira Mensal de Vilar Formoso, ficando aberta para os próximos anos o que deixa de ser prioritário como também deixa de haver preocupação em relação ao assunto, assim como em relação à Casa Maribel de Vilar Formoso, que gostariam de entender e conhecer o projeto. Em relação às Esquadras também gostariam de saber qual o ponto de situação em que se encontra e muitas outras que gostariam de ver esclarecidas. -----

----- O Senhor Presidente em relação às dúvidas levantadas esclareceu que, o Plano já está em curso, esperando que até ao final do ano esteja totalmente realizado em termos de execução do plano dos recursos hídricos e nesse plano estão definidas muitas das intervenções que estão colocadas no orçamento mas sem a devida rubrica, por falta de capacidade que a Câmara tem de poder executar projetos sem serem aprovados, mas estão propostos em termos de Comunidade Intermunicipal e como projetos individuais para o PRR e para o 2030. Se esses programas forem aprovados a Câmara facilmente os colocará em orçamento, já no que se refere à Casa Maribel e os projetos que para o Senhor Presidente são estruturantes para o Concelho, a Senhora Vereadora tem que perceber também essa dificuldade que existe, porque são projetos estruturantes, mas carecem de capital para serem realizados, daí a sua explicação inicial das dificuldades de elaboração do Orçamento. Porque muitos dos projetos para serem inscritos, depende-se muito do Saldo de Gerência que se obtém das receitas próprias, caso contrário, não se conseguiam inscrever e muito advém dos Fundos Comunitários que se possa vir a candidatar e só o tempo é que as pode resolver. -----

----- O Plano foi aprovado na Assembleia Municipal e encontra-se na página da Câmara Municipal onde pode ser consultado, mas passar do plano à execução falta a parte mais importante que é o capital. -----

----- A Senhora Vereadora Catarina Vilhena perguntou, se o projeto Multifunções de Almeida, também pode ser consultado. O Senhor Presidente informou de que, o mesmo está em curso e faz questão que o estudo prévio seja colocado à apreciação pública e discutido para depois ser concluído e posteriormente lançado. -----

----- A Senhora Vereadora perguntou também, se a Câmara iria adquirir competências no âmbito da Saúde e da Educação, mas não visualizou verbas nesse sentido, pensando que, se trata de assuntos muito importantes. -----

----- O Senhor Presidente lembrou a Senhora Vereadora da discussão do assunto na Assembleia Municipal, considerando que, se trata de um presente enganador, porque se está a receber o montante exato do custo de funcionamento ao, válido para a Ação Social, Educação, Transportes e válido para tudo e neste momento estão a pagar-se transportes que não deviam

pagar-se e neste sentido o Estado está a trabalhar mal e o que está a ser transferido nas delegações de competências não é real porque se irá ter um acréscimo de despesas que não é coberto e será um trabalho que tem de ser feito e reivindicado, porque a população reduz, mas os problemas cada vez aumentam mais e é necessário ter-se essa visão. -----

----- Pelo Senhor Vereador Alexandre Gonçalves foi dito que, percebe a explicação, mas contudo e independentemente de todas as posições acha que, existe um passado que não vem só deste executivo e vem de todo um olhar sobre o que é a educação do Concelho e em qualquer um dos sítios por onde passou não tem nem vergonha nem nunca foi discriminado pela formação que daqui levou e que foi excecional, tendo apenas pena que, verdadeiramente tenham chegado aqui, culpa de precisamente nunca se ter antecipado e nunca se ter construído um projeto educativo com a visão de ter um nível de competitividade e de interesse e olhando para os Concelhos que temos à volta percebe-se que, eles fizeram esse percurso e Almeida não e na sua opinião será um primeiro olhar que deve ser tido em conta. -----

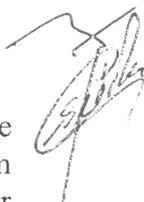
----- Em termos de alguns projetos que a Vereadora Catarina Vilhena enumerou, referiu que, sobre a Casa Maribel e sobre o projeto que teve acesso na internet, concorda com ele em algumas coisas, colocando uma questão muito em concreto se a invocação dele continuará a ser na constituição da ideia da música, porque isso pressupõe um problema gravíssimo, porque não existe tradição musical no Concelho, o que é um pressuposto errado, acrescentando que em termos associativos, ou em termos funcionais das organizações quais são em termos práticos as que temos a funcionar, existem e que tradição se pode colocar. -----

----- Foi esta a sua preocupação, achando que, o foco do projeto Maribel nos pode induzir em erro em termos de temática e construção de futuro, sendo só este o reparo e observação que fez em termos de projeto, porque não há que ter medo em dar um novo olhar à dimensão do que é a musica, preocupando-o porque na verdade o Concelho de Almeida nunca foi de inspiração musical e por vezes tem a ver com olhares distantes e algumas referências, acreditando que, tenham sido passadas à arquiteta de alguma maneira, mas é normal que isto aconteça. Existe também um pressuposto daquilo que é o investimento que é feito em múltiplos e essa discussão já foi feita na rádio em período eleitoral com a qual não concordaram. A questão das Praias e zonas de lazer aparecerem desta forma, continuam a olhar para uma posição de critério em termos de investimento, acreditando que, o investimento tem de ser feito, mas selecionado, sendo preferível focarem-se e gastar-se numa ou duas e sermos mais ambiciosos quando há projetos de maior validade do que estar-se de repente a distribuir aquele custo por todos para nada. -----

----- Mais referiu que, o mesmo acontece e acredita que, a Comunidade Europeia e quem olha para os espaços do Concelho e sem medo de o dizer e em conversa que teve com alguém da Comunidade Europeia e que trabalha nas áreas transfronteiriças lhe dizia se se recordava do território quando era miúdo do transito do autocarro, sabe que é terrível de se ouvir, mas têm que se concentrar na ideia de criar território com essa mobilidade e nem existem essas pessoas para criarem essas dinâmicas que terão que ser outras em termos de sustentabilidade. Continua-se a investir em pavilhões aqui e ali, perguntando se os investimentos são feitos no agora e se está projetado o retorno em função da utilização daqui a dez anos. Para além do projeto gostaria que alguém lhe dissesse que aquele sítio continua a ser valorizado em função da utilização que lhe é dada, em função da programação que tem e como é gerida e é essa a sua preocupação e olham para o orçamento desta forma. -----

----- Referiu que, existem projetos com os quais concordam, mas existe um princípio de gestão e legalidade, olham também para o orçamento claramente com o princípio das contas públicas, e bem que está feito, prestando homenagem por isso, mas a dispersão dos investimentos pelo território, em função do particular e em detrimento do que deveria ser o interesse comum do território no todo, para eles não serve e é uma estratégia, e claramente uma visão política que têm, mas política que não tem a ver com a dimensão partidária, dimensão política da forma como sempre os irá separar da forma de olhar que têm para o território. -----

----- Em relação à Eurocidade referiu que, é uma questão muito importante, um discurso que foi feito sobre a importância de nos constituirmos nesta dimensão enquanto “Porta da Europa”



e nos consciencializarmos cada vez mais desta dimensão do euro cidadão. Se há trabalho de comunicação que tem de ser feito na importância da constituição da Eurocidade que, é um investimento com o qual estão todos de acordo e valorizam, porque acha que pode trazer grandes resultados nos exemplos conhecidos e que se pode fazer mais e melhor trabalhando em conjunto, mas se há trabalho que tem de ser feito antes de tudo mais é explicar às pessoas o que é a Eurocidade, porque as pessoas do Concelho não sabem o que uma Eurocidade, por isso não se lhe pode pedir que se sintam euro cidadãos se não sabem o que é a Eurocidade e fez um reparo pessoal dizendo que, o princípio da construção foi errático e pouco ambicioso, porque acha que devia ser constituído com o Concelho do Sabugal, porque haveria muito mais força e muito mais poder na dimensão da relação transfronteiriça e traria outro modelo de construção em termos do que são o exemplo das outras Eurocidades, dando-nos outro poder e dimensão no espaço Europeu em termos de observação sobre nós, lamentando que isso não tenha sido feito.

----- O Senhor Presidente referiu que, a separação do investimento é clara e referiu que os investimentos que são colocados estão num projeto com uma estratégia bem clara na sua identificação, ou seja, valorização do património, património edificado, património natural e relação de algumas intervenções descritas no orçamento, de investimento que embora com alguma envergadura mexe com as contas, cujo retorno é difícil de majorar. O que o Senhor Presidente disse e mantém é que os edifícios estão a ser pensados, têm a sua manutenção e funcionamento, perfeitamente enquadráveis com o orçamento de cada uma das Juntas Freguesias, porque se assim não for tornar-se-iam inviáveis em termos de funcionamento. Esclareceu que, os edifícios mais baratos em termos de manutenção e se se comparar o edifício da Câmara com o edifício do Multiusos em Vilar Formoso é vinte vezes mais barato o Multiusos do que a Câmara Municipal, o que quer dizer que a construção obriga a um investimento inicial, mas depois o retorno para a população não implica na manutenção daquele equipamento, por isso discorda da posição do Senhor Vereador Alexandre Gonçalves, sendo certo que para dar um exemplo concreto dos investimentos que estão a falar, foi-lhes vendida uma ideia de auto estrada sem custos para o utilizador e neste momento temos portagens, havendo muitos investimentos que são feitos e na realidade são introduzidas alterações, porque também o pensamento não foi suficiente para. Na sua opinião uma das razões de termos menos gente na região tem a ver com as portagens e dever-se-ia trabalhar no sentido de serem retiradas. -----

----- O Senhor Vereador Alexandre Gonçalves achou muito interessante a observação, e referiu que, já se deveriam estar atentos aos seis cêntimos/Km que os Espanhóis se preparam para impor nas respetivas autoestradas. -----

----- Concordou perfeitamente que, as autoestradas sejam uma preocupação tremenda para o desenvolvimento do Concelho, em termos do mecanismo que se vier a construir para o desenvolvimento do futuro do Concelho, mas também acredita que, se houver focos de interesse para a captação de visitantes, de turistas e de Portugueses a virem mais frequentemente, acha que poderá haver outro poder de negociação. -----

----- O Senhor Presidente referiu ainda que, na Eurocidade se poder ser mais abrangentes e na realidade no universo das Euricidades do País inteiro, são duas cidades que, se juntaram para se constituir, mas que nem cidades são, constituíram-se par a par para serem mais abrangentes porque somos um Concelho com dois ayuntamientos que também representam uma comunidade um pouco maior a qual poderia ser mais alargada tanto em Espanha como em Portugal, mas torna-se um processo burocrático e decisão que tem de ser feito e até agora sem custos, mas estamos no momento de ser registada e ser colocada a funcionar, haverá outro envolvimento que se possa imprimir como futuro e aí concorda com o Senhor Vereador em que o euro cidadão só depois é que tem que saber o que é a eurocidade e que se possa rever nela. Clarificou também que o Interreg também esteve parado durante três anos, não havendo projeto nenhum, surgindo também a dúvida do que vai acontecer com o novo Quadro Comunitário ou no que resta, se ainda vai haver Interreg ou programas relacionados. A intenção é ir a esse tipo de programas, mas também dotar a Eurocidade assim se consiga fazer diretamente na União Europeia.

----- Após esclarecidas todas as questões apresentadas, o Senhor Presidente colocou as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2022 a votação, tendo os documentos sido aprovados por maioria. -----

----- Votaram a favor o Senhor Presidente António Machado, o Senhor Vice-Presidente Alcino Morgado e a Senhora Vereadora Maria da Nazaré Ribeiro. -----

----- Votaram contra o Senhor Vereador Alexandre Gonçalves e a Senhora Vereadora Catarina Vilhena, os quais apresentaram a declaração de voto que, se dá aqui por integralmente reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata em anexo. -----

----- O Senhor Presidente referiu que, é a opinião dos Senhores Vereadores da Oposição, não concordando com ela até porque tem contradições, mas respeita-a. -----

----- Mais deliberou a Câmara, por unanimidade, submeter as Grandes Opções do Plano, Orçamento de 2022, à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

#### ----- **Mapa de Pessoal;** -----

----- Pelo Senhor presidente foi presente o Mapa de Pessoal para 2022 elaborado nos termos do número 4 do artigo 29º da Lei número 35/2014, de 20 de junho. A proposta tem a ver com a renovação de pessoal, alterações de posicionamento e mobilidades com possibilidade de promoção de funcionários que adquiriram formação. Não espelha a realidade que irá ficar, porque existe um número de 159 funcionários na sua globalidade e o número total que é espelhado poderia ser catastrófico se fosse feita uma visão direta do que está vertido no Mapa de Pessoal que passaria para 234, mas a realidade é que tem a ver com muitos colaboradores que estão na idade da reforma e que terão de antecipar no momento certo e também a ocupação desses lugares e que possam rondar os 180 lugares, a fim de se poder dar resposta às novas necessidades e competências que também são recebidas e que se estão a prever. -----

----- A Senhora Vereadora perguntou se era possível ter um acesso mais específico, sobre quais as habilitações dos funcionários e quem vai ser promovido. O Senhor Presidente referiu que isso já se trata de processos individuais. -----

----- O Senhor Vereador Alexandre Gonçalves perguntou, se os resultados do SIADAP eram de acesso público. O Senhor Presidente informou que, também eram de acesso individual. ----

----- Após esclarecidas algumas dúvidas, a Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar o referido Mapa de Pessoal e submetê-lo à apreciação e votação da Assembleia Municipal. ----

#### ----- **CONDECORAÇÕES HONORÍFICAS:** -----

----- Pelo Senhor Presidente foi referido que, se encontra em apreciação pública o Projeto de Regulamento de Atribuição de Distinções Honoríficas do Município de Almeida, no entanto, surgiu a necessidade de distinguir algumas entidades militares, pelo empenho e colaboração nas ações histórico-militares de relevante interesse cultural que têm vindo a ser desenvolvidas ao longo dos anos, em parceria estreita com o Museu Histórico Militar de Almeida e o Centro de Estudos de Arquitetura Militar de Almeida e ainda pelo apoio incondicional nos mais variados domínios da coleção do Museu Histórico Militar, sua preservação e conservação e divulgação na promoção da história e património Militar, nos cenários nacional e internacional. -----

----- Assim sendo o Município de Almeida propõe que, se distinga com a Medalha de Mérito, grau Ouro, o Ilustríssimo e mui Diníssimo Senhor Major – General Aníbal Alves Flambó, Diretor da História e Cultura Militar do Exército, pelo extraordinário empenho e dedicação, tendo as suas ações bem como a sua presença contribuído de forma eficiente e decisiva para o desenvolvimento e divulgação das atividades históricas-culturais que se realizam no Município de Almeida; -----

----- Distinguir com a Medalha de Mérito, grau Ouro, o Excelentíssimo Senhor Coronel António Manuel Diogo Velez, mui ilustre Chefe da Repartição de Museus, da Direção de História e Cultura Militar (DHCM), do Exército, pela demonstração do seu profissionalismo com conhecimento nas diversas áreas de museologia, colocando extraordinário interesse, empenho e devoção nas atividades que tem interagido quer com o Município de Almeida quer com o MHMA. As suas ações e presença periódica têm contribuído, de forma eficaz e perentória para o permanente crescimento e divulgação das atividades histórico-culturais que se realizam no Município; -----

----- Distinguir com a Medalha de Mérito, grau Prata, o Excelentíssimo Senhor Coronel de Infantaria, Welton Gomes Maia Júnior, do Exército Brasileiro, Oficial de ligação na Área Cultural e Doutrina na República Portuguesa que sempre demonstrou ser um extraordinário profissional colocando invulgar interesse e empenho nas diversas atividades culturais que tem interagido com o Município de Almeida alusivas à temática histórico-cultural; -----

----- Distinguir com a Medalha de Mérito, grau Prata, o Excelentíssimo Senhor General de Brigada Carlos Augusto Ramires Teixeira, Diretor do Património Histórico e Cultural do Exército do Brasil (DPHCEX), pelo empenho e colaboração com o Município, dignificando com as suas diligências, labor e sapiência o Património Histórico Militar de Almeida, Museu Histórico Militar e sua divulgação além-fronteiras; -----

----- Distinguir com a Medalha de Mérito, grau Prata, o Excelentíssimo Senhor Coronel Leandro Fernandes Moraes, Diretor do Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana, pelo empenho e colaboração com o Município Histórico, dignificando com as suas diligências, a coleção do Museu Histórico Militar de Almeida, mormente da Fortificação Abaluartada e a sua divulgação além-fronteiras; -----

----- A Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição de Condecorações Honoríficas às entidades antes identificadas. -----

----- Mais deliberou a Câmara, por unanimidade, submeter o assunto à apreciação e ratificação da Assembleia Municipal. -----

----- **MINUTAS DE CONTRATOS DE COMODATO:** -----

----- **Associação Cultural e Desportiva Estrela de Almeida;** -----

----- Pelo Senhor Presidente foi presente a Minuta do Contrato de Comodato, a celebrar com a Associação Cultural e Desportiva Estrela de Almeida, pelo período de dez anos, o qual visa fomentar o desporto e a atividade física e desportiva, permitindo e potenciando que todos os munícipes acedam a todos os equipamentos desportivos do Município, podendo os imóveis apenas ser utilizados pela associação para fins de atividades desportivas que promovam o convívio cultivando o gosto pela prática desportiva, contribuindo para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das diferentes habilidades motoras básicas que servem de suporte a toda a motricidade das crianças e adultos. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu também que, a intenção vertida no contrato é que para haver competições é necessário implementar planos de segurança e funcionamento dos equipamentos e a definição da responsabilidade de cada uma das partes, independentemente de quem sejam, no caso trata-se do campo de futebol de Almeida, propriedade do Município. ----

----- A Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do Contrato de Comodato a celebrar com a Associação Cultural e Desportiva Estrela de Almeida. -----

----- **Sporting Clube de Vilar Formoso;** -----

----- Pelo Senhor Presidente foi presente a Minuta do Contrato de Comodato, a celebrar com o Sporting Clube de Vilar Formoso, pelo período de dez anos, o qual visa fomentar o desporto e a atividade física e desportiva, permitindo e potenciando que todos os munícipes acedam a todos os equipamentos desportivos do Município, podendo os imóveis apenas ser utilizados pelo Clube para fins de atividades desportivas que promovam o convívio, cultivando o gosto pela prática desportiva, contribuindo para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das diferentes habilidades motoras básicas que servem de suporte a toda a motricidade das crianças e adultos.

----- O Senhor Presidente esclareceu também que, a intenção vertida no contrato é que para haver competições é necessário implementar planos de segurança e funcionamento dos equipamentos e a definição da responsabilidade de cada uma das partes, independentemente de quem sejam, no caso trata-se do campo de futebol de Vilar Formoso, que é da responsabilidade do Município, sendo propriedade da Junta de freguesia de Vilar Formoso. -----

----- A Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do Contrato de Comodato a celebrar com a Associação Cultural e Desportiva Estrela de Almeida. -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** -----

----- Foi ainda deliberado, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta, nos termos do número 3, do artigo 57º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Nada mais havendo a tratar, quando eram 11:15 horas, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião. -----

----- E eu, José António Dourado Espinha Técnico Superior da Divisão Administrativa e Financeira a redigi e, juntamente com o Senhor Presidente da Câmara, subscrevo.-----

*António José António Galvão  
José António Dourado Espinha*

## Declaração de Voto

Para constar da Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Almeida de 16 de Novembro de 2021

Em conformidade com os nossos princípios ideológicos e políticos, na visão que ambicionamos em termos estratégicos para o nosso concelho, não nos revemos na proposta orçamental apresentada, nem para o ano de 2022, nem no seu prolongamento no quadro plurianual.

Reconhecemos ao documento o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento legal, no âmbito da lei das finanças, onde o mesmo deve ser constituído e cumprido. Relevamos o espelhar da preocupação em avançar com o compromisso assumido no programa eleitoral, com algumas das obras e propostas feitas nesse período, sendo que prontamente constatamos que no desenrolar do tempo, essa mesma enunciação, não alcança concretização, realização financeira e respetivo cabimento orçamental. Promessas eleitorais, levadas no tempo, que contrariam o que Senhor Presidente assumiu na Rádio Fronteira, quando disse que tudo o que estava no seu programa era para ser concretizado neste mandato.

Na cultura e na educação o vazio é exposto na dotação orçamental, na ausência de ideias, que nem sequer encontram projeto ou assumem concordância com as obrigações em termos das competências que há muito deviam ter sido assumidas por parte da autarquia. Para que serve então ao Conselho Municipal da Educação? Onde está contemplado um projeto educativo que valorize e torne o nosso concelho atrativo e competitivo, capaz de reter os que ainda existem e procurar os que aqui podem existir?

Cultura, o que é a cultura para este executivo? Onde se assume a valorização do património, em toda a sua ampla significação, para constituir riqueza? Como participa a cultura do desenvolvimento educacional? Como fazer cultura num concelho que não conhece as suas valências nem as dignifica, pelo contrário as discrimina e destrói? Como instruir formas de fazer cultura sem criar hábitos na sua prática?

Depois segmentamos investimento, dissecamo-lo numa infinita listagem de projetos sem projeto, sem conceitos, sem uma relação plausível que nos permita a todos entender qual a razão do esforço feito nesta ou naquela opção. Gastamos hoje milhares de euros num equipamento que na sua idealização não é capaz de prever o futuro, porque em abono da verdade, o pressuposto da sua construção, nunca foi o desenvolvimento do concelho. Continuamos invadidos de propostas avulsas e iniciativas diversas em que acreditamos que nem o estudo da sua utilização, projetado no tempo, tenha sido realizado.

Apostar numa estratégia de mobilidade acessível a todos, em função das múltiplas necessidades dos nossos munícipes, tendencialmente gratuita, desenhada com preocupações ambientais e inerentes suportes de sustentabilidade, também não tem espaço neste orçamento.

Conceber e implementar uma incubadora de empresas, dotada financeiramente para 2022 com custos, que imaginamos que estejam associados à obra, sem continuidade em termos orçamentais, ou sem um plano de gestão que nos permita perceber que estamos diante de uma boa oportunidade, é mais uma opção de vazio ideológico! E aqui temos o ponto de partida para perceber que este executivo não está preparado nem tem um rumo para desenhar projetos no âmbito da inovação e da transição digital, áreas com dotações financeiras significativas, nos fundos comunitários de 2030.

No desporto, meio de desenvolvimento, não temos uma ação concertada nem regulamentada nas suas distintas aplicações. Temos uma carta desportiva que tarda, mas esperamos que quando ela chegue cumpra as funções que deve, providenciando o levantamento dos nossos equipamentos, estabeleça as relações com as modalidades e as enquadre nas necessidades da nossa população, de uma forma transversal a todas as gerações. Seja aproveitado o momento para criar um regulamento claro em termos dos apoios concedidos aos atletas que se destaquem, de forma a canalizar esse investimento em termos da promoção do conceiño, mas também que seja capaz de cativar mais atletas a seguir os exemplo dos demais.

No âmbito do turismo, não reconhecemos nem identificamos nenhuma estratégia clara e diferenciadora, capaz de nos distinguir enquanto destino.

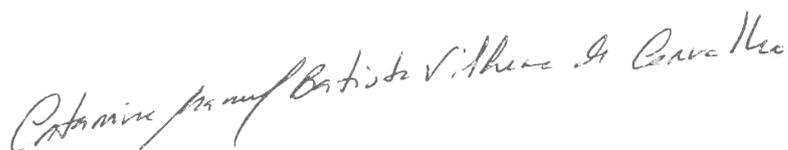
Na saúde espanta-nos não encontrar espaço para as novas obrigações e competências da autarquia neste âmbito, ou se estivermos enganados, não as conseguimos decifrar.

Para a ação social nem sequer encontramos palavras para tão laconicamente expressar a ausência de uma matriz tão necessária para tantos e tantos problemas que já hoje temos por diante e que no futuro se irão claramente evidenciar.

Sem nos prolongarmos nesta explanação, uma última palavra para a nossa sensibilidade, quanto ao que deve significar a construção da *eurocidade*; jamais teremos força sem sermos capazes de transmitir e envolver os nossos municípios nesta construção. Uma vez mais este orçamento também não traça este caminho.

Posto tudo isto, a Senhora Vereadora Catarina Vilhena e o Senhor Vereador Alexandre Gonçalves votam contra este orçamento.

Catarina Vilhena



Alexandre Gonçalves

